

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2017- CGC

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE - PMI

PROJETO NOVA FERROESTE

(DOURADOS/MS – PARANAGUÁ/PR – PONTAL DO PARANÁ/PR)

SUMÁRIO

1. PREÂMBULO	3
2. OBJETO	3
3. JUSTIFICATIVA	4
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	5
5. DO CONTEÚDO DA SOLICITAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PMI	6
6. DOS CRITÉRIOS DE AUTORIZAÇÃO DAS PROPOSTAS	7
7. DA AUTORIZAÇÃO	8
8. DA APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS DE VIABILIDADE	9
9. DOS CRITÉRIOS DE RESSARCIMENTO DOS CUSTOS DO PMI.....	10
10. DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS.....	12
11. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	12

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO GESTOR DE CONCESSÕES

1. PREÂMBULO

O **ESTADO DO PARANÁ**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (“SEIL”)**, da **ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S.A. – FERROESTE** e da **SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL (“SEPL”)**, por intermédio da **COORDENADORIA DE CONCESSÕES E PARCERIAS (“CCP”)**, vem apresentar as diretrizes para a participação de interessados no Procedimento de Manifestação de Interesse (“**PMI**”), com fulcro no artigo 21 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; no artigo 31 da Lei Federal 9.074, de 07 de julho de 1995; nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012; e regulamentado pelo Decreto nº 6.823, de 21 de dezembro de 2012, bem como nos termos dispostos no presente documento e em seus anexos.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto desta **EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 02/2017-CGC** orientar a participação de interessados no **PMI** da **NOVA FERROESTE (“PROJETO”)**, a ser utilizado na estruturação de procedimento licitatório que contemplem:

- (i) **CONCESSÃO ESTADUAL** para a implantação, operação, gestão e manutenção de Transporte Ferroviário de Cargas, entre **GUARAPUAVA** ao **PORTO DE PARANAGUÁ / PONTAL DO PARANÁ**, no **PARANÁ (“TRECHO 1”)**; e
- (ii) **SUBCONCESSÃO FEDERAL** para a implantação, operação, gestão e manutenção de Transporte Ferroviário de Cargas, no Trecho de **DOURADOS**, no **MATO GROSSO DO SUL**, a **GUARAPUAVA**, no **PARANÁ (“TRECHO 2”)**.

2.2. Por meio do **PMI**, o **ESTADO DO PARANÁ** espera receber estudos, levantamentos, investigações, pesquisas e informações técnicas, econômicas, financeiras e ambientais (“**ESTUDOS DE VIABILIDADE**”) necessários à estruturação dos **PROJETOS**, contemplando, no mínimo, os seguintes produtos:

2.2.1. Caderno nº 01 - Estudos Técnico-Operacionais e Ambientais;

2.2.2. Caderno nº 02 - Estudos Econômico-Financeiros e de Externalidades.

2.3. As **PROPONENTES** deverão realizar o **PMI** de todo o segmento ferroviário do **PROJETO**, compreendido entre Dourados, no Mato Grosso do Sul, e o litoral do estado do Paraná (Porto de Paranaguá e um ramal para o futuro Complexo Portuário de Pontal do Paraná). Os **ESTUDOS DE VIABILIDADE** deverão ser entregues

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO GESTOR DE CONCESSÕES

separadamente para estruturar as 02 (duas) licitações. Destarte, deverão ser entregues os Cadernos nº 01 e 02 para estruturação da Concessão Estadual (**TRECHO 1**) e os Cadernos nº 01 e 02 para estruturação da Subconcessão Federal (**TRECHO 2**).

2.4. O TERMO DE REFERÊNCIA, contendo o detalhamento das atividades a serem realizadas, bem como as demais regras inerentes ao **PMI** se encontra anexo a este **EDITAL DE CHAMAMENTO**.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. O presente **EDITAL DE CHAMAMENTO** fundamenta-se nas conclusões do Grupo de Trabalho, constituído por meio da Resolução nº 04/2016 do Conselho Gestor de Concessões (“**CGC**”), validadas pelos estudos realizados pelo Grupo de Trabalho do Corredor de Exportação do Estado – GT/CE, constituído pela Resolução nº 003/2016 – SEPL, consubstanciadas no expediente protocolado sob o nº 14.304.169-7.

3.2. Este **EDITAL DE CHAMAMENTO** foi autorizado pelo **CGC** conforme ata da 14ª reunião, realizada em 22 de agosto de 2017.

3.3. O **PROJETO** busca atender a demanda de transporte de cargas na Região Oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul, por meio do modal ferroviário, e o acesso ao Porto de Paranaguá, facilitando a exportação da produção, que se encontra, atualmente na casa dos 14 (quatorze) milhões de toneladas, bem como a importação de diversos produtos, que possuem o seu escoamento reprimido em função das deficiências no transporte.

3.4. Considerando a capacidade de produção agrícola do Estado do Paraná e do Mato Grosso do Sul e a elevada taxa de exportação desta produção, em especial para as 04 (quatro) principais culturas (milho, soja, trigo e cana-de-açúcar), surge a necessidade de uma infraestrutura de transporte de cargas eficiente como meio fundamental para o incremento da competitividade e o consequente crescimento dos dois Estados.

3.5. Além das exportações paranaenses, o Porto de Paranaguá recebe, também, cargas de outros estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo e Santa Catarina, além de países fronteiriços.

3.6. Apenas uma pequena parte desta produção, aproximadamente 20% (vinte por cento), chega ao Porto por trilhos, sendo que de acordo com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (**ANTT**) o sistema existente se encontra próximo à sua

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO GESTOR DE CONCESSÕES

capacidade máxima, principalmente nos gargalos da Serra da Esperança (entre Guarapuava e Ponta Grossa) e na Serra do Mar (entre Curitiba e Paranaguá).

3.7. Destarte, o **PROJETO** deverá propor soluções alternativas que possibilitem eliminar os atuais gargalos e aumentar a capacidade de carga por meio da:

3.7.1. Implantação e operação de uma nova ferrovia, em traçado alternativo ao existente para o Trecho Guarapuava – Porto de Paranaguá e um ramal para o futuro complexo portuário de Pontal do Paraná;

3.7.2. Implantação e operação do Trecho entre Dourados e Cascavel;

3.7.3. Modernização e operação do Trecho existente entre Cascavel e Guarapuava;

3.7.4. Interoperabilidade entre os 02 (dois) Trechos Ferroviários a serem implementados, bem como com a malha existente;

3.7.5. Definição de percentual de direito de Passagem que viabilize o uso por operadores independentes.

3.8. Considerando a necessidade de que a demanda de cargas seja transportada, por meio de modal ferroviário, do oeste do Estado do Paraná, bem como do Mato Grosso do Sul, até o Porto de Paranaguá, faz-se necessário a realização dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE** do segmento ferroviário do **PROJETO** como um todo.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do **PMI** pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, de direito público ou privado, individualmente ou em grupo, que pretendam apresentar os **ESTUDOS DE VIABILIDADE** objeto deste **EDITAL**.

4.1.1. No caso de participação de pessoas jurídicas em grupo, deverá ser indicada a empresa líder que representará, para todos os fins, as demais perante o Poder Público.

4.1.2. Não há necessidade de se estabelecer vínculo formal entre os participantes em grupo.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO GESTOR DE CONCESSÕES

4.2. As solicitações de autorização para realização dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE** do **PMI** deverão ser dirigidas ao **CONSELHO GESTOR DE CONCESSÕES (“CGC”)**, no seguinte endereço: 4º andar – Ala C - do Palácio das Araucárias, localizado na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Centro Cívico, Curitiba – Paraná.

4.3. Caberá, ao **CGC**, autorizar as empresas, por meio de Resolução, segundo critérios estabelecidos neste instrumento.

4.4. O prazo para recebimento das propostas é de **60 (sessenta) dias**, contados da data de publicação do extrato deste **EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 02/2017-CGC** no D.I.O.E., bem como no sitio eletrônico: <http://www.casacivil.pr.gov.br>, *banner CONSELHO GESTOR DE CONCESSÕES*, *link* Projetos em Fase de Elaboração – **NOVA FERROESTE**.

4.4.1. Caso entenda necessário, e mediante solicitação justificada da **CCP**, o **CGC** poderá prorrogar o prazo mencionado no subitem **4.4** acima.

5. DO CONTEÚDO DA SOLICITAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PMI

5.1. A solicitação de autorização deverá conter, no mínimo, o seguinte:

5.1.1. Requerimento de autorização para realização dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE** objeto deste instrumento, dirigido ao **CGC**;

5.1.2. Qualificação completa da **PROPONENTE**, especialmente nome, identificação (cargo, profissão ou ramo de atividade), endereço físico e eletrônico, números de telefone, inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, a fim de permitir o posterior envio de eventuais notificações;

5.1.3. Declaração de experiência da **PROPONENTE** na realização dos estudos, projetos, levantamentos ou investigações objeto do **PMI**;

5.1.4. Comprovação de que o signatário do pedido está legalmente autorizado a agir em nome do representante;

5.1.5. Nome completo do profissional responsável pela coordenação dos estudos, cargo, profissão ou ramo de atividade, endereço físico e eletrônico;

5.1.6. Indicação do valor de ressarcimento pretendido, acompanhado de informações e parâmetros utilizados para a sua definição, observado o disposto no subitem **9.5** deste **EDITAL DE CHAMAMENTO**;

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO GESTOR DE CONCESSÕES

5.1.7. Plano de Trabalho, contendo o detalhamento das atividades que pretende realizar, considerando o escopo do **PROJETO** (representado por mapas, croquis, gráficos etc.);

5.1.8. Cronograma indicando as datas de conclusão de cada etapa, bem como a data final para a conclusão e entrega dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE**.

5.2. A **CCP** poderá solicitar, dos interessados, informações adicionais para retificar ou complementar sua manifestação; podendo, ainda, considerar, excluir ou aceitar, parcial ou totalmente, as informações e sugestões recebidas, bem como solicitar a alteração do cronograma de entrega dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE**.

6. DOS CRITÉRIOS DE AUTORIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A autorização do **CGC** está condicionada ao cumprimento, pela **PROPONENTE**, dos seguintes critérios:

6.1.1. Entrega do requerimento de autorização com documentação completa dentro do prazo estabelecido no subitem **4.4** acima;

6.1.2. Apresentação e coerência do Plano de Trabalho e do Cronograma; a que se referem os subitens **5.1.7** e **5.1.8** acima, contendo as datas de conclusão de cada etapa e a data final para entrega dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE**, observado o prazo final previsto no subitem **8.1** deste instrumento;

6.1.3. Indicação do valor de ressarcimento pretendido, tendo que ser necessariamente igual ou inferior ao valor máximo de ressarcimento estabelecido no subitem **9.5** deste **EDITAL DE CHAMAMENTO**, acompanhado de informações e parâmetros utilizados para a sua definição;

6.2. A descrição das atividades e do Cronograma proposto será utilizada para a avaliação a que se refere o subitem **6.1.2** acima, bem como para o planejamento das atividades de acompanhamento da realização dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE**.

6.2.1. Poderá haver, no decorrer do **PMI**, alteração das atividades e cronograma apresentado, mediante decisão fundamentada da **CCP**, com o objetivo de obtenção de **ESTUDOS DE VIABILIDADE** mais adequados à estruturação do **PROJETO**.

7. DA AUTORIZAÇÃO

7.1. Em qualquer fase do **PMI** as **PROPONENTES** poderão decidir se associar para apresentação dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE** em conjunto, devendo ser indicadas as empresas responsáveis pela interlocução com o **ESTADO DO PARANÁ** e a forma e a proporção do eventual ressarcimento.

7.2. Não será admitida a participação de uma mesma empresa em mais de um **PMI** objeto deste **EDITAL**. Esta restrição se aplica mesmo a empresas controladas, controladoras ou sob controle comum de qualquer empresa que participe individualmente ou em conjunto do presente procedimento.

7.3. Será permitida a contratação de terceiros pelo autorizado para a execução dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE** em todos os seus aspectos, sem prejuízo das responsabilidades previstas neste **EDITAL DE CHAMAMENTO**.

7.4. A autorização será pessoal e intransferível, observado o disposto no subitem **7.1** acima.

7.5. Será conferida, sem exclusividade, podendo mais de uma **PROPONENTE** se manifestar e obter a mesma autorização.

7.6. A participação no **PMI** não implica quaisquer tipos de vantagem ou privilégio às **PROPONENTES** em futuro processo licitatório referente ao objeto identificado neste instrumento.

7.7. A realização do **PMI** não implica, necessariamente, na abertura de procedimento licitatório para a implantação do objeto do **PROJETO**, bem como eventual realização de procedimento licitatório não está condicionada à utilização dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE** obtidos por meio do **PMI**.

7.8. A participação no **PMI** não impede a participação, direta ou indireta, dos autores ou patrocinadores dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE** na eventual licitação ou execução das obras ou serviços dele derivados.

7.9. A autorização para a realização dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE** não implica, em hipótese alguma, corresponsabilidade do **ESTADO DO PARANÁ** perante terceiros pelos atos praticados pela pessoa física ou jurídica autorizada ou pelos seus prepostos.

7.10. As autorizações poderão ser revogadas, anuladas ou cassadas pelo **CGC**, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 6.823/2012, devendo, a **CCP**, notificar, por escrito,

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO GESTOR DE CONCESSÕES

a **PROPONENTE**, mediante meio eletrônico ou correspondência com aviso de recebimento.

7.10.1. Autorizações extintas, na forma do subitem **7.10** acima, não geram direito ao ressarcimento dos valores despendidos na elaboração dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE** até então realizados.

7.11. No caso de descumprimento dos termos da autorização, a **PROPONENTE** autorizada será notificada, mediante correspondência eletrônica para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize a situação, sob pena de cassação da autorização.

7.12. A participação dos interessados no **PMI** implicará a cessão ao **ESTADO DO PARANÁ** dos direitos autorais sobre informações, levantamentos, estudos, projetos e demais documentos apresentados, caso estes venham a ser efetivamente utilizados em eventuais procedimentos licitatórios.

8. DA APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS DE VIABILIDADE

8.1. Aqueles que forem autorizados terão o prazo de até **270 (duzentos e SETENTA) dias**, contados da publicação da autorização no endereço eletrônico www.casacivil.pr.gov.br, **banner CONSELHO GESTOR DE CONCESSÕES**, **link Projeto em Fase de Elaboração – NOVA FERROESTE**, para a entrega dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE**.

8.2. Nos termos do artigo 17 do Decreto nº 6.823/2012, caberá à **CCP**, juntamente com o **GTS**, consolidar as informações obtidas no **PMI**.

8.3. Os **ESTUDOS DE VIABILIDADE**, após consolidados, serão encaminhados para deliberação do **CGC**, a quem caberá fixar as diretrizes de eventuais procedimentos licitatórios, nos termos do artigo 3º, inciso V, do Decreto nº 1.575/2015.

8.4. O prazo estabelecido no subitem **8.1** acima poderá ser prorrogado pelo **CGC**, mediante solicitação fundamentada das **PROPONENTES** ou da **CCP**.

8.5. Poderão ser estabelecidos, pela **CCP**, prazos intermediários para apresentação de informações, documentos e relatórios de andamentos do **PMI**, observado o prazo final previsto neste instrumento, ressalvada a hipótese de prorrogação pelo **CGC**, conforme descrito no subitem **8.4** acima.

8.7. Os **ESTUDOS DE VIABILIDADE** deverão ser entregues em 02 (dois) cds/dvds, sendo que uma mídia digital deverá ser disponibilizada em *pdf* e a outra em modo que permita o amplo acesso aos seus conteúdos, com os arquivos devidamente

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO GESTOR DE CONCESSÕES

identificados e formatados e com as devidas fórmulas e vínculos entre as planilhas que fundamentam os referidos **ESTUDOS DE VIABILIDADE**.

8.8. Os **ESTUDOS DE VIABILIDADE** apresentados deverão conter todas as informações e obedecer às diretrizes constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA**, anexo a esta **RESOLUÇÃO**. Caso os **ESTUDOS DE VIABILIDADE** apresentados necessitem de retificações, o **CGC** poderá determinar novo prazo para a sua reapresentação.

8.9. Os ônus e demais custos financeiros incorridos por quaisquer das **PROPONENTES** relativos à elaboração dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE** serão de sua inteira e exclusiva responsabilidade, não gerando direito a ressarcimento ou a qualquer indenização.

8.10. As **PROPONENTES** que tiverem os seus **ESTUDOS DE VIABILIDADE** escolhidos para embasar a estruturação dos **PROJETOS** deverão entregar, no final, 01 (uma) via impressa dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE** eleitos pela **CCP**, em conjunto com o **GTS**.

9. DOS CRITÉRIOS DE RESSARCIMENTO DOS CUSTOS DO PMI

9.1. A seleção dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE** e projetos apresentados para utilização em eventuais procedimentos licitatórios de cada um dos 02 (dois) **TRECHOS** será realizada com base nos seguintes critérios:

9.1.1. Consistência das informações e cumprimentos das exigências deste **EDITAL DE CHAMAMENTO** e do **TERMO DE REFERÊNCIA** em anexo que subsidiaram sua realização;

9.1.2. Adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, utilizando, sempre que possível, equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor;

9.1.3. Compatibilidades com as normas técnicas emitidas para o setor;

9.1.4. Demonstração de regras claras de interoperabilidade entre os 02 (dois) segmentos ferroviários, conforme subitem 2.1 deste instrumento, bem como com a malha já existente;

9.1.5. Demonstração comparativa de custo e benefício do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes, se existentes;

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO GESTOR DE CONCESSÕES

9.1.6. O nível de detalhamento das justificativas apresentadas para as soluções propostas;

9.1.7. A possibilidade efetiva de as propostas levarem a ganhos de eficiência e à redução de custos para o **PROJETO**;

9.1.8. A consistência dos dados e premissas e a robustez dos levantamentos e pesquisas realizadas pelo agente interessado, incluindo eventuais estudos de campo; e

9.1.9. O cronograma projetado e devidamente justificado para a execução do **PROJETO**.

9.2. O **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio da **CCP**, conjuntamente com **GTS**, consolidará as informações obtidas no **PMI**, podendo combiná-las entre si ou com demais informações técnicas eventualmente disponíveis, sem prejuízo daquelas obtidas junto a consultores externos contratados, para instruir a preparação de eventuais procedimentos licitatórios.

9.3. Concluída a seleção dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE**, os que tiverem sido utilizados, no todo ou em parte, para integrar os instrumentos convocatórios de eventuais licitações terão os valores apresentados ao **CGC**, para eventual ressarcimento pelo vencedor da licitação, conforme previsto nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 6.823/2012.

9.4. O valor máximo nominal de ressarcimento dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE** escolhidos, não poderá ultrapassar o montante de **R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais)**, com data base de julho de 2017, sendo que:

9.4.1. O autor dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE** selecionados para a Concessão Estadual do **TRECHO 1** será ressarcido em até **60% (sessenta por cento)** do montante; e

9.4.2. O autor dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE** selecionados para a Subconcessão Federal do **TRECHO 2** será ressarcido em até **40% (quarenta por cento)** do montante.

9.5. O valor autorizado pelo **CGC** será ressarcido exclusivamente pelo(s) vencedor(es) do certame, desde que os **ESTUDOS DE VIABILIDADE** selecionados sejam efetivamente utilizados.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO GESTOR DE CONCESSÕES

9.5.1. Os valores aprovados pelo **CGC** serão atualizados pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - **IPCA**.

9.6. Concluída a seleção dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE**, aqueles que tiverem sido utilizados, no todo ou em parte, para integrar os instrumentos convocatórios, deverão apresentar a comprovação dos valores efetivamente gastos para verificação da **CCP**, em conjunto com o **GTS** e análise formal do **GTAC**.

9.6.1. Caso se conclua pela não conformidade dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE** apresentados com aqueles originalmente propostos ou autorizados, deverá ser arbitrado o montante nominal para eventual ressarcimento com a devida fundamentação.

9.7. O valor arbitrado pelo **CGC**, após a análise a que se refere o subitem **9.6** acima, poderá ser rejeitado pela **PROPONENTE**, hipótese em que não serão utilizadas as informações contidas nos documentos selecionados, os quais poderão ser destruídos se não retirados no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de rejeição.

9.7.1. Na hipótese do subitem **9.7** acima, fica facultado à **CCP**, juntamente com o **GTS**, selecionar outros **ESTUDOS DE VIABILIDADE** entre aqueles apresentados.

9.8. Em nenhuma hipótese será devida qualquer quantia pecuniária pelo **ESTADO DO PARANÁ** em razão da realização dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE**.

10. DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

10.1. Toda e qualquer informação e/ou esclarecimento sobre a solicitação de instauração de **PMI**, pelos interessados, será fornecida pela **CCP**, no 4º andar – Ala D do Palácio das Araucárias, localizado na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Centro Cívico, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná ou pelo telefone (41) 3313-6302.

10.2. Informações adicionais também poderão ser solicitadas pelo e-mail ccp.sepl@sepl.pr.gov.br.

10.3. O pedido de esclarecimentos, em hipótese alguma, implicará na renovação do prazo para apresentação dos **ESTUDOS DE VIABILIDADE** objeto do **PMI**.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO GESTOR DE CONCESSÕES

11.1. Caberá a **CCP** coordenar o **PMI** e acompanhar, em conjunto com o **GTS**, o andamento dos trabalhos conforme agenda de reuniões a ser definida, de comparecimento obrigatório pelo autorizado.

11.2. A qualquer tempo o presente **EDITAL DE CHAMAMENTO** poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, por decisão unilateral do **CGC**, em decisão fundamentada, sem que este fato implique direito a indenizações ou reclamações de qualquer natureza.

11.3. O presente **EDITAL DE CHAMAMENTO** se rege pelas disposições do Decreto nº 6.823, de 21 de dezembro de 2012, bem como a legislação aplicável.

11.4. O **CGC** se reserva no direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas neste **EDITAL DE CHAMAMENTO**.

ESTADO DO PARANÁ, 27 de novembro de 2017.